

## Atos do Governador

### PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

#### Ata de 9-4-2007

Ata da 187ª Reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED, instituído por força da Lei Estadual 9.361-96

#### EXTRATO

Em 09.04.07, às dezessete horas, no Salão dos Conselhos, no Palácio dos Bandeirantes, foi realizada a 187ª reunião do Conselho Diretor do PED, instituído por força da Lei Estadual nº 9.361, de 05.07.96, tendo como Presidente o Vice-Governador e Secretário de Desenvolvimento, Dr. Alberto Goldman; como Vice-Presidente o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. Francisco Vidal Luna; como demais membros do Conselho os senhores: Dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho, Secretário-Chefe da Casa Civil; Dr. George Hermann Rodolfo Tormin, representando o Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário da Fazenda; Dra. Dilma Seli Pena, Secretária de Saneamento e Energia; Dr. Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo, Procurador Geral do Estado; Dr. Mauro Guilherme Jardim Arce, Secretário dos Transportes, Dr. Guilherme Bueno de Camargo, representando o Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania; e como convidados os senhores: Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo e Dr. Antonio Bolognesi, respectivamente Presidente e Diretor de Geração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A; Dra. Maria Christina Tibiriçá Bahbouth, Sub-Procuradora Geral do Estado - Área de Consultoria, e o Dr. Atilio Gerson Bertoldi, da Secretaria de Economia e Planejamento. Ordem do dia: Discussão e deliberação sobre a proposta de arrendamento dos ativos da Usina Termoelétrica Piratininga (UTE Piratininga), da EMAE-Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A, à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, como alternativa para viabilizar o reequilíbrio econômico-financeiro da empresa, dentro das seguintes condições, conforme relatado aos Conselheiros pelo Diretor de Geração da EMAE: Prazo do arrendamento de 17 anos; Valor nominal de R\$ 765,0 milhões (base jan/07); Pagamento em 34 parcelas semestrais de R\$ 22,5 milhões, reajustáveis pelo IGPM; Opção de compra a exercer pela Petrobrás no 12º ano do arrendamento, pelo valor nominal de R\$ 225,0 milhões (base jan/07) para pagamento em 10 parcelas semestrais de R\$ 22,5 milhões, reajustáveis pelo IGPM; Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção da UTE pela EMAE à Petrobrás, renovável por períodos de 5 anos, no valor de R\$ 15,0 milhões anuais (base jan/07), reajustáveis pelo IPCA. Com o arrendamento, a Petrobrás deverá investir R\$ 170,0 milhões em reformas, adequações ambientais e determinações dos Procedimentos de Rede do ONS/ANEEL, bem como arcar com as despesas operacionais e encargos da EMAE. Os bens vinculados ao arrendamento foram avaliados em R\$ 396,6 milhões (base ago/06) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), contratada pela EMAE para essa finalidade. A CPOS examinou, analisou e homologou o parecer técnico da FGV. As condições econômico-financeiras da proposta formulada pela Petrobrás foram analisadas e julgadas vantajosas para a EMAE, conforme parecer da FIPECAFI, contratada pela EMAE para examinar o assunto. A EMAE contratou o escritório especializado Advocacia Waltenberg, cujo parecer jurídico conclui pela legalidade da operação de arrendamento, enquadrando-a na noção de desestatização amparada na Lei Estadual 9.361/06, bem como pela inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, por inviabilidade de competição devida à ausência de interessados que reunissem as mesmas condições de contratação da Petrobrás como ofertante dotada de singularidade para operar a UTE Piratininga, que foi repotenciada para operar em ciclo combinado, interligado com a UTE Nova Piratininga construída por aquela, no âmbito do consórcio firmado entre as duas empresas no ano de 2001, ao amparo do Programa Prioritário de Termoelétricas - PPT. Além disso, a Petrobrás detém o domínio do fornecimento de gás natural para operar as duas plantas. A operação de arrendamento da UTE Piratininga à Petrobrás contou com a manifestação favorável do Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria de Saneamento e Energia para analisar o resultado dos estudos contratados. Quanto à inexigibilidade de processo licitatório, o Procurador Geral do Estado reafirmou a posição da representante da PGE no Grupo de Trabalho, contida no Parecer nº 033/07, de 28.02.07, que havia sido referendado pela Sub-Procuradora Geral da Área de Consultoria, em despacho de 03.04.07. A operação de arrendamento teve manifestação favorável de voto do acionista controlador, conforme Parecer CODEC nº 067/2007. Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03.01.02, combinado com o art. 18 da Lei Estadual 9.361/96, foi dada ampla divulgação da operação de arrendamento, com a publicação de Fato Relevante em 23.03.07. Considerando que a matéria estava adequadamente embasada quanto aos aspectos técnico, econômico-financeiro e jurídico, o Conselho Diretor do PED decidiu por unanimidade, recomendar ao Senhor Governador do Estado a aprovação da operação de arrendamento da UTE Piratininga e do contrato de opção de compra à Petrobrás, nas condições e forma expostas, devendo, contudo, ser observadas: a) ampla divulgação da operação, nos termos do art. 18 da Lei Estadual 9.361/96; b) eficácia do contrato condicionada à obtenção de anuência da ANEEL e concessão de Licença Ambiental pela Secretaria do Meio Ambiente/Cetesb para a queima de óleo combustível. Eu, Maria Elizabeth Domingues Cechin, Secretária Técnica e Executiva do CDPED, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

#### Despacho do Governador:

**Aprovo** as recomendações propostas pelo Conselho Diretor do PED, em sua 187ª Reunião. S.P. 10/04/07

JOSÉ SERRA - Governador do Estado

## Economia e Planejamento

### GABINETE DO SECRETÁRIO

### UNIDADE DE ARTICULAÇÃO COM MUNICÍPIOS

#### Extratos de Termos de Aditamento

Processo: 0356/2006 - Convênio: 137/2006

Parecer Jurídico: CJ Sep: 138/2007

Participes: Secretaria de Economia e Planejamento/Unidade de Articulação com Municípios e o Município de Pacaembu.

Cláusula Primeira: a Cláusula Sexta, que trata da Liberação dos Recursos, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade do Estado, serão repassados parceladamente à Prefeitura em conformidade com os cronogramas físico-financeiros, de fls. 36 e 127, nas seguintes condições:

I - 1ª parcela: Inalterada.

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 31.146,63 (trinta e um mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste Termo de Aditamento, desde que aprovadas as contas relativas à parcela anterior e cumprida a primeira etapa do cronograma físico-financeiro.

Parágrafo Primeiro: A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SEP/UAJAM, observado o programado em cronogramas físico-financeiros (fls. 36 e 127), após a aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SEP/UAJAM.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Cláusula Segunda: a Cláusula Décima, que trata do Prazo, passa a ter a seguinte redação: o prazo para a execução do presente Convênio será de até 483 (quatrocentos e oitenta e três) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Inalterado.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Ficam mantidas todas as disposições do Convênio firmado em 29/6/2006, naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

Assinatura: 26-4-2007

Processo: 0514/2006 - Convênio: 249/2006

Parecer Jurídico: CJ Sep: 144/2007

Participes: Secretaria de Economia e Planejamento/Unidade de Articulação com Municípios e o Município de Taquaritinga

Cláusula Primeira: a Cláusula Sexta, que trata da Liberação dos Recursos, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade do Estado, serão repassados parceladamente à Prefeitura em conformidade com os cronogramas físico-financeiros, de fls. 42 e 129, nas seguintes condições:

I - 1ª parcela: Inalterada.

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 99.992,53 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste Termo de Aditamento, desde que aprovadas as contas relativas à parcela anterior e cumprida a primeira etapa do cronograma físico-financeiro.

Parágrafo Primeiro: A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SEP/UAJAM, observado o programado em cronogramas físico-financeiros (fls. 42 e 129), após a aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SEP/UAJAM.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Cláusula Segunda: a Cláusula Décima, que trata do Prazo, passa a ter a seguinte redação: o prazo para a execução do presente Convênio será de até 560 (quinhentos e sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Inalterado.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Ficam mantidas todas as disposições do Convênio firmado em 30/6/2006, naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

Assinatura: 26-4-2007

Processo: 0351/2006 - Convênio: 132/2006

Parecer Jurídico: CJ Sep: 154/2007

Participes: Secretaria de Economia e Planejamento/Unidade de Articulação com Municípios e o Município de Guzolás.

Cláusula Primeira: a Cláusula Sexta, que trata da Liberação dos Recursos, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente à Prefeitura em conformidade com os cronogramas físico-financeiros de fls. 38 e 209, nas seguintes condições:

I - 1ª parcela: Inalterada.

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste Termo de Aditamento.

Parágrafo Primeiro: A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SEP/UAJAM, observado o programado em cronogramas físico-financeiros (fls. 38 e 209), após a aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SEP/UAJAM.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Cláusula Segunda: a Cláusula Décima, que trata do Prazo, passa a ter a seguinte redação: o prazo para a execução do presente Convênio será de até 515 (quinhentos e quinze) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Inalterado.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Ficam mantidas todas as disposições do Convênio firmado em 29/6/2006, naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

Assinatura: 26-4-2007

Processo: 0250/2006 - Convênio: 088/2006

Parecer Jurídico: CJ Sep: 124/2007

Participes: Secretaria de Economia e Planejamento/Unidade de Articulação com Municípios e o Município de Tupi Paulista

Cláusula Primeira: a Cláusula Sexta, que trata da Liberação dos Recursos, passa a ter a seguinte redação: Os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente à Prefeitura em conformidade com os cronogramas físico-financeiros de fls. 41 e 265, nas seguintes condições:

I - 1ª parcela: Inalterada.

II - 2ª parcela: no valor de R\$ 69.996,00 (sessenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), a ser paga em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste Termo de Aditamento.

Parágrafo Primeiro: A(s) parcela(s) será(ão) liberada(s) conforme medição de obras a ser realizada pela SEP/UAJAM, observado o programado em cronogramas físico-financeiros (fls. 41 e 265), após a aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas da SEP/UAJAM.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Cláusula Segunda: a Cláusula Décima, que trata do Prazo, passa a ter a seguinte redação: o prazo para a execução do presente Convênio será de até 462 (quatrocentos e sessenta e dois) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Inalterado.

Parágrafo Segundo: Inalterado.

Ficam mantidas todas as disposições do Convênio firmado em 29/6/2006, naquilo em que não colidirem com as ora estabelecidas.

Assinatura: 26-4-2007

## CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

#### Ata da 65.ª Reunião Ordinária

Aos vinte dias do mês de março de 2007, às 09.30 horas, no Recinto da Expoflora, no Município de Holambra, realizou-se a sexagésima quinta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, conforme convocação encaminhada previamente aos integrantes do Conselho, com a seguinte pauta: I - Expediente - a) Leitura, discussão e votação da Ata da 64ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de fevereiro; b) Entrega da lista dos expedientes recebidos; II - Ordem do Dia: a) Apresentação Institucional da SABESP; b) Projetos para discussão com o Governo do Estado; c) Outros Assuntos. Estavam presentes os Senhores Representantes dos Municípios de Americana, o Prefeito Titular Erich Hetzl Jr; de Artur Nogueira o Prefeito Titular Marcelo Capelini; de Campinas o Suplente Sr. Alcides Mamizuka; de Cosmópolis o Prefeito Titular José Pivatto; de Engenheiro Coelho o Prefeito Titular Mariano Franco de Oliveira; de Holambra o Prefeito Titular Celso Capato; de Hortolândia o Prefeito Titular Ângelo Augusto Perugini; de Indaiatuba, o Suplente Luiz Alberto Pereira; de Itatiba, o Prefeito Titular, José Roberto Fumach; de Jaguariúna, o Prefeito Titular Tarcísio Cleto Chiavegato; de Monte Mór, o Prefeito Titular Rodrigo Maia Santos; de Nova Odessa o Representante, Sr. Carlos Franco Rosa; de Paulínia o Representante Sr. Jurandir Matos; de Santa Bárbara D'Oeste, o Prefeito Titular José Maria de Araujo Jr.; de Santo Antonio de Posse o Prefeito Titular Norberto de Oliveira; de Sumaré o Representante, Sr. Giuliano P. de Camargo; de Valinhos o Representante Sr. Moyses Antonio Moyses. Ausente os representantes, de Pedreira e de Vinhedo. Presentes os seguintes representantes do Estado da Secretaria do Meio Ambiente, campo funcional Meio Ambiente a Titular, Sra. Lúcia Sena; campo funcional Planejamento e Uso do Solo, o Titular, Sr. Fernando Carbonari; da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, campo funcional Transporte Regional de Passageiros, o Suplente Sr. José Ignácio Sequeira de Almeida, e campo funcional Sistema Viário Regional o Titular Sr. Peter B.B. Walker; da Secretaria da Habitação o Suplente Sr. Healthy Kobashi; da Secretaria de Saneamento e Energia, a Suplente, Sra. Karla Bertocco; da Secretaria de Economia e Planejamento, o Titular Sr. José Carlos Maurício Hoffmann; da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a Titular Sra. Laura Maria Rodrigues da Silva; Secretaria da Saúde, o Titular Dr. Mauro Sizer; da Educação, a Suplente Sra. Nemésis Brandão Vieira; da Segurança Pública - Polícia Civil o Suplente Dr. José Geraldo da Silva e Polícia Militar o Titular Cel. Eliziário Ferreira Barbosa; da Secretaria dos Transportes, o Titular Sr. Mario Imura e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento o Suplente Sr. José Augusto Maiorano e da Secretaria de Esporte e Lazer e Turismo, o Titular Sr. Rodrigo César Moreira. Ausente o representante da Secretaria da Cultura. Instalou-se a Assembléia. Assumiu os trabalhos o Presidente do Conselho de Desenvolvimento, o Presidente Ângelo Perugini, cumprimentou a todos, e de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento, no art. 14º e seus parágrafos, declarou haver número legal de Conselheiros, iniciando-se portanto, os trabalhos da 65ª Reunião Ordinária previamente convocada. Passou a palavra para o Anfitrião, Prefeito Celso Capato, para saudações iniciais. Cumprimentou e deu boas vindas aos presentes e em nome também de seu representante, Sr. Petrus agradeceu a presença de todos e desejou sucesso nesta reunião na Estância de Holambra. Pedeu licença para passar um Vídeo Turístico de Holambra. Prosseguindo, o Presidente parabenizou o Prefeito pela belíssima cidade e deu início ao Expediente colocando a ata da última reunião em discussão, e não havendo manifestação contrária foi aprovada por unanimidade, o mesmo ocorrendo com a lista de expedientes recebidos:

23.02.07 043/07 267/07 P.M.Americana - Prefeito - Indica representantes Câmaras Temáticas;  
26.02.07 044/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Convite Lançamento de Livro;  
27.02.07 045/07 E.Mail P.M. S.A.Posse - Prefeito - Indica representantes Câmaras Temáticas;  
27.02.07 046/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Ref: Seminário Tratamento de APPS;  
28.02.07 047/07 E.Mail Cetesb - Eneida Zanella - Justifica ausência Reunião CT;  
28.02.07 048/07 E.Mail P.M.Indaiatuba - Prefeito - Comemorações Dia Internacional Mulher;  
28.02.07 049/07 E.Mail P.M.Hortolandia - Gabinete - Solicita material para Dep.Reinaldo Nogueira;  
01.03.07 050/07 E.Mail Sec.Agricultura - Gab.Secretário - Indica representante p/ Câmara Temática;  
05.03.07 051/07 E.Mail Sec.Planejamento - Chefe Gabinete - Indica Representante Conselho CD-RMC;  
07.03.07 052/07 E.Mail P.M.Itatiba - Prefeito - Indica representantes Câmaras Temáticas;  
07.03.07 053/07 315/07 P.M.Indaiatuba - Prefeito - Documento Estradas Vicinais;  
07.03.07 054/07 193/07 P.M.Cosmópolis - Prefeito - Projetos Meio Ambiente;  
07.03.07 055/07 382/07 P.M.Americana - Prefeito - Indica Representantes Câmaras Temáticas;  
07.03.07 056/07 070/07 P.M.S.A.Posse - Prefeito - Projetos Meio Ambiente;  
08.03.07 057/07 E.Mail P.M.Eng.Coelho - Gabinete - Projetos Meio Ambiente;  
08.03.07 058/07 E.Mail P.M.Eng.Coelho - Gabinete - Documento Estradas Vicinais;  
09.03.07 059/07 E.Mail P.M. Itatiba - Prefeito - Documento Estradas Vicinais;  
12.03.07 060/07 E.Mail P.M.Paulínia - Vice prefeito - Encaminha representantes CTs;  
13.03.07 061/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Informes 13/03/07;  
13.03.07 062/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Resultado Eleições;  
13.03.07 063/07 E.Mail P.M.Sumare - Prefeito - Ofícios ref. Proj.Meio Ambiente e Vicinais;  
13.03.07 064/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Informe 13.03.07 - Correção;  
14.03.07 065/07 E.Mail Sec.Transportes - Gabinete - Indica representantes Câmara temática Transp;  
14.03.07 066/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Complementação resultado eleição;  
15.03.07 067/07 E.Mail Sec.Educação - Gabinete - Indica representante Câmara Temática;  
15/03/07 068/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Seminário 10 anos Lei Recursos Hídricos;  
15.03.07 069/07 E.Mail Comitê PCJ - Secretaria - Lançamento Livro "Museu da Água";  
16.03.07 070/07 E.Mail P.M.Campinas - Mamizuka - Indica representantes Câmaras temáticas;  
16.03.07 071/07 E.Mail P.M.Hortolandia - Prefeito - Documento Estradas Vicinais;  
16.03.07 072/07 E.Mail Sabesp - Diretoria - Confirma presença Diretor Reunião do Conselho.

Dando continuidade, antes de entrar na Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra para Cel. Eliziário Ferreira Barboza, da Polícia Militar; para um informe sobre a questão do auxílio localidade, abordado na última reunião pelos Prefeitos. Comunicou que o assunto já esta sendo tratado pelo Comando Geral da Polícia, Secretaria de Segurança Pública e Governo do Estado, no sentido de buscar uma solução para este problema que vem polemizando a questão da fixação dos Policiais nos

Municípios. Ato contínuo, o Presidente pediu que o Prefeito Eric, de Americana, fizesse um breve relato da reunião ocorrida da 2ª feira, em Jaguariúna com os Deputados da Região: Guilherme Campos, Ana Perugini, Antonio Mentor, Davi Zaia, Chico Sardelli e Jonas Donizette. Relatou que conforme o combinado na Reunião de Santa Bárbara D Oeste, foi colocado para os Deputados a ideia de se constituir uma Bancada RMC com Deputados Estaduais e Federais, para tratar dos interesses da nossa Região. Foi proposto um encontro mensal ou a cada dois meses, com os Deputados em torno de uma pauta de discussão e encaminhamento das demandas, proposta esta, acatada com simpatia. O Presidente aproveitou a ocasião para enfatizar o ideia de se criar uma Força Política, uma Força Tarefa, uma grande mobilização envolvendo também o Parlamento Metropolitano com a presença dos Vereadores da Região. Acrescentou ainda a necessidade de envolver o poder econômico, com todo o segmento empresarial da Região. Ainda antes de entrar na pauta abriu espaço para a Representante da Secretaria de Estado de Saneamento e Energia, Sra. Karla Bertocco manifestar-se em nome da Secretária Dilma Seli Pena. Transmitiu a preocupação da Secretária com a nova Lei Federal de Saneamento Nº11.445, aprovada logo depois do Carnaval, trazendo uma série de modificações para o setor, envolvendo uma mudança na postura de todos aqueles que estão envolvidos com a prestação de serviço de saneamento, alterando o marco regulatório, uma vez que abre espaço para participação dos Municípios, criando uma nova relação do Estado com o Município, com as concessionárias e com a iniciativa privada. Informou que a Secretária pretende se aproximar e se fazer presente no Conselho e também com os Municípios e que está providenciando um conjunto de informações para esclarecer a nova dinâmica que a Lei propõe. Enfatizou o compromisso da Secretária em participar do Conselho e estreitar o relacionamento com as Prefeituras. Agradeceu a atenção, colocou-se à disposição de todos e despediu-se. O Presidente elogiou a atuação da Secretária Dilma, agradeceu a exposição da Sra. Karla, e passou para o primeiro item da Ordem do Dia, chamando o Sr.Umberto Semeghini, Diretor Regional da SABESP, para uma apresentação institucional da Empresa. Cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de poder estar falando um pouco de como funciona a estrutura da Sabesp no atendimento aos Municípios. Explicou que a Empresa está no mercado disputando a expansão do seu serviço na Região, ressaltando a questão da concorrência com as Empresas Privadas, que desafia e estimula a qualidade da prestação de serviço aos Municípios. O Governo do Estado está priorizando o saneamento básico e a Sabesp tem a missão de fazer um esforço concentrado para renovar seus contratos que estão vencendo. Abordou a nova Lei de Saneamento, que ao alterar o marco regulatório, extingue a auto-regulação, cria a agência reguladora e consequentemente um novo tipo de relação com os Municípios, focada na prestação de contas e no contato mais próximo com as Prefeituras. Detalhou mais alguns aspectos de investimentos, melhorias e planos de atuação da empresa. O Prefeito Fumach intercedeu para enfatizar o problema do retardamento nos investimentos na área de saneamento, causando grande prejuízo para Bacia do Piracicaba. Retomou a ideia da antecipação de recebíveis com objetivo de alavancar recursos para investir na despoluição dos rios da Bacia. Questionou a tarifa mínima da Sabesp que não atende às famílias necessitadas e para qual pediu uma revisão. Finalizando parabenizou a Sabesp pelo seu trabalho.O Sr.Umberto acatou a ideia de antecipação de recursos para investimento em obras, manifestando-se a favor de qualquer tipo de parceria e iniciativa no sentido de melhorar o serviço para o usuário. Na sequência, o Presidente agradeceu a apresentação da Sabesp, destacando a nova postura da Empresa, e em seguida o Sr.Humberto agradeceu a oportunidade, colocou-se à disposição dos Prefeitos e despediu-se. Ato contínuo, o Presidente chamou o Vice, Prefeito Rodrigo Maia para abordar as questões que serão encaminhadas ao Palácio, na audiência com o Secretário da Casa Civil, que em síntese tratará dos seguintes temas: 1) Vicinais: recapeamento ou pavimentação (Prefeito Rodrigo); 2) Segurança: aumento de efetivo e questão do tratamento igualitário na gratificação dos Policiais Militares - auxílio localidade (Jurandir); 3) Pacto de Gestão da Saúde (Prefeito Bacchin); 4) Questão dos recebíveis referente a água (Fumach). Informou que os Deputados Estaduais participarão da Audiência e enfatizou a importância da participação de todos os Prefeitos da RMC, e que somente o Prefeito José Onério não comparecerá por viagem ao exterior, mas que estará representado pelo seu suplente, Sr. Luiz Alberto Pereira. Ato contínuo o Prefeito José Maria pediu o uso da palavra para ressaltar que na maioria das vezes, os Municípios contribuem com funcionários para trabalhar em órgãos estaduais nos seus Municípios. Destacou a necessidade, do Estado investir nas sedes destes órgãos, já que em contrapartida as Prefeituras acabam entrando com os funcionários, principalmente na manutenção da sede das Polícias. A respeito da Polícia Militar o Cel. Eliziário informou que já detém todas as informações necessárias para formulação dos pleitos (reforço de efetivos, próprios e dados do CPI 9). Complementando a colocação do Prefeito José Maria, o Presidente esclareceu, que além dos assuntos pré-definidos, cada Prefeito poderá abordar o que achar necessário. O Presidente solicitou ao Dr. Baggio, da Agemcamp que providenciasse a oficialização dos pleitos que serão encaminhados ao Governo e concluiu este assunto, confirmando a Reunião da Casa Civil, na 4ª feira dia 21 de março, encontro às 13:30 horas no Palácio dos Bandeirantes, para Reunião agendada para às 14:00 horas. Na sequência o Presidente passou para o último item da pauta, abrindo espaço para "Outros Assuntos": O representante da Revista Imagem ViP, Sr. Moacir, de Paulínia pede atenção das Prefeituras para que o Representante da referida revista de interesse da RMC, seja recebido pela Imprensa de cada Município; Prefeito Eric reforça o convite distribuído para o Coquetel de lançamento do Brasil Eco Show, 4ª feira em Americana; informou também, que depois de grande esforço, inclusive apoio de todos da RMC, não será mais desativada a Agência da Cetesb em Americana. Prosseguindo, o Prefeito José Maria reforçou o convite para a Feira das Nações em Sta Bárbara a partir do dia 23 de março, na Usina Sta Bárbara e ainda reiterou uma preocupação que vem manifestando já em outras reuniões, quanto a dificuldade de gestão dos funcionários públicos, principalmente no tocante a eficiência. Sugeriu que fosse motivo de pauta da próxima Reunião, a discussão da questão da terceirização. O Presidente concordou com a sugestão e para encerrar, informou que a próxima Reunião do Conselho será no dia 17 de abril, em Campinas. Agradeceu a participação e colaboração de todos e passou a palavra para o Prefeito anfitrião fazer suas saudações finais. O Prefeito Celso Capato, agradeceu a presença e atenção de todos, e convidou para o almoço. Nada mais havendo a tratar, e do que para constar, eu, José Carlos Constantino, na qualidade de Secretário Interino, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

## Gestão Pública

### FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

#### Despacho da Diretoria Executiva, de 24-4-2007

Proc. 201/2007 - Ratificando a inexigibilidade de licitação, fundamentada na autorização do Diretor Administrativo e Financeiro e na manifestação da Assessoria Jurídica que acolho, para a contratação da empresa Borah Suporte em Informática Ltda., para prestação dos serviços de integração da Biblioteca